



CONGRESSO AMAZÔNIA EM FOCO

Desafios e Soluções Multidisciplinares
para a Justiça e Sustentabilidade

38
Anos
Comemoração de Instalação
da Escola da Magistratura do
Estado de Rondônia

GT4: MEIO AMBIENTE, FAMÍLIA E SOCIEDADE - Apresentado dia 19/08/2024
COORDENADORES: INÊS MOREIRA DA COSTA E FLÁVIO HENRIQUE DE MELO

**INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO JUDICIÁRIO RONDONIENSE: o projeto visão plena
reconhecido com o prêmio juízo verde do conselho nacional de justiça.**

**INNOVATION AND SUSTAINABILITY IN THE RONDONIENSE JUDICIARY: the visão plena
project recognized with the juízo verde award from the national council of justice.**

Inês Moreira da Costa¹

RESUMO:

Este estudo explora o desenvolvimento e implementação do projeto “Visão Plena” no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), focando na inovação e sustentabilidade através do uso de tecnologias de mapeamento geográfico para a gestão de processos relacionados a danos ambientais. A prática foi desenvolvida para melhorar a eficiência processual, fornecendo ferramentas para uma gestão mais eficaz de casos ambientais, permitindo o compartilhamento com as partes e demais unidades judiciais; possibilitando uma técnica de inspeção judicial virtual, inclusive, com imagens de anos anteriores. Os resultados indicam que as ferramentas tecnológicas podem incrementar significativamente a atividade judicante, gerando segurança jurídica, isonomia e reprimindo a litigância predatória.

PALAVRAS-CHAVE: Dano Ambiental, Sustentabilidade, Tecnologia, Projeto Visão Plena.

¹ Doutora em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestre em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas - Direito/Rio. MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas - Direito/Rio. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Porto Velho, Rondônia - Brasil. Professora do Curso de Pós-Graduação na Carreira da Magistratura da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia.

ABSTRACT:

This study explores the development and implementation of the “Visão Plena” project at the Court of Justice of the State of Rondônia (TJRO), focusing on innovation and sustainability through the use of geographic mapping technologies for the management of processes related to environmental damage. The practice was developed to improve procedural efficiency, providing tools for more effective management of environmental cases, allowing sharing with the parties and other judicial units; enabling a virtual judicial inspection technique, including images from previous years. The results indicate that technological tools can significantly increase judicial activity, generating legal security, equality and repressing predatory litigation.

Keywords: Environmental Damage, Sustainability, Technology, Visão Plena project.

INTRODUÇÃO

O projeto “Visão Plena”, que foi reconhecido nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como uma boa prática exemplar, sendo agraciado com o prestigiado Prêmio Juízo Verde, alcançando o 1º lugar a nível nacional, representa um marco no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ao introduzir uma abordagem inovadora para o tratamento de questões ambientais. Implementado em resposta à necessidade de um gerenciamento mais eficaz de litígios ambientais, o projeto utiliza tecnologias de mapeamento geográfico gratuitos para identificar a localização e gestão de áreas afetadas por danos ambientais. A inserção da prática na instrução processual e na elaboração da sentença permite que o(a) magistrado(a) tenha uma maior assertividade na tomada de decisão em relação às proporções do dano ambiental e da área afetada.

METODOLOGIA

A metodologia da prática “Visão Plena” inclui a integração de imagens de satélite e outras ferramentas de sensoriamento remoto, que são alimentadas em uma base de dados acessível por diversas unidades judiciais e partes interessadas, com a judicância. A técnica segue uma rotina específica que começa com a determinação do geoposicionamento das áreas afetadas e segue com a alimentação contínua de dados e se finda na rotina de consulta na base de dados para cruzamento das informações, no momento da elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, permitindo cruzamentos informativos e decisões judiciais mais acuradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A boa prática aqui estudada demonstrou uma significativa melhoria na gestão de processos ambientais, com uma redução na repetição de demandas, impedindo que uma mesma área pudesse ser utilizada em diversos processos judiciais; com a possibilidade de tratamento conjunto dos processos, visto que áreas próximas podem ser periciadas ou inspecionadas no mesmo momento; com a possibilidade de se realizar uma inspeção judicial virtual; com a possibilidade de obter os registros fotográficos mês a mês de anos anteriores ao dano ambiental; com a possibilidade de se garantir uma maior segurança jurídica e permitindo um julgamento isonômico entre as áreas próximas.

Essa abordagem multidimensional e visual tecnológica assegura uma compreensão profunda do dano e da área afetada, destacando o compromisso do TJRO com a defesa do meio ambiente.

CONCLUSÃO

O estudo conclui que o projeto “Visão Plena” exemplifica como a tecnologia pode ser utilizada para promover a justiça e a sustentabilidade no setor judiciário. Os resultados indicam que a incorporação de práticas inovadoras e sustentáveis pode transformar significativamente a prestação de justiça, alinhando-a com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável. Isso fortalece a responsabilidade e a assertividade no tratamento das questões ambientais, promovendo um impacto social positivo e alinhado com a eficiência. A adoção de uma abordagem mais proativa na judicância, seja ela da temática ambiental ou não, alinhada às tecnologias de livre acesso, não apenas atenderá às expectativas crescentes da sociedade por uma Justiça assertiva e garantidora da sustentabilidade, mas também contribui de maneira significativa para que as decisões judiciais venham em tempo razoável e de maneira isonômica para as partes.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução Nº 400 de 16/06/2021. Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Prêmio Juízo Verde, disponível em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/sustentabilidade/premio-juizo-verde/#:~:text=Edi%C3%A7%C3%A3o%202022&text=O%20Pr%C3%A7%C3%A1rio%20Ju%C3%ADz%C3%A3o%20Verde%20foi,Poder%20Ju-dici%C3%A3o%20na%20%C3%A1rea%20ambiental>. acesso em 09/08/2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Boa Prática, disponível em: <https://boaspraticas.cnj.jus.br/pratica/537> . acesso em 09/08/2024.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DE RONDÔNIA. Notícia da premiação, disponível em: <https://ameron.org.br/projeto-vencedor-do-premio-juizo-verde-do-cnj-e-desenvolvido-pelo-tjro-e-apresentado-para-outros-tribunais/> . acesso em 09/08/2024.